

## Dispositivos legais para a educação especial e inclusiva: contribuições para o trato pedagógico do professor

### Legal devices for special and inclusive education: contributions to the teacher's pedagogical treatment

Ana Clara Solon Rufino<sup>1</sup>  
Rosângela Araújo Darwich<sup>2</sup>

#### Resumo

A comunicação e a formação dos professores para a educação especial e inclusiva são os objetos de estudo deste trabalho, subsidiado pelos aspectos epistêmicos, históricos, políticos e sociais. Este estudo de caso objetiva compreender de que forma os dispositivos legais, documentos que regem as normalizações para a educação especial, contribuem para o trato pedagógico do professor. Trazendo a compreensão da comunicação e a formação dos docentes, mais especificamente discorre sobre a formação dos professores, que são profissionais fundamentais na qualidade da ação educativa e comunicacional. Teóricos como Braga (2019) e Marcondes Filho (2019) trazem à luz o debate sobre comunicação como sistema de códigos, linguagem e línguas para aquisição, interação e socialização de conhecimentos e saberes. Entrevistas foram realizadas com a equipe gestora e professores de uma escola da rede pública de ensino do município de Benevides (Pará). Verificamos que os professores possuem anseios de uma formação continuada para melhor atender aos educandos e concluímos que tais profissionais estão sendo atendidos em suas demandas pela Secretaria de Educação, ainda que haja muito a avançar. Os educadores desempenham papel fundamental na conquista da educação especial e inclusiva, enquanto sujeitos centrais na história da educação.

**Palavras-chaves:** Comunicação e interação social; Educação especial; Formação de professores.

#### Abstract

Communication and teacher training for special and inclusive education are the objects of study in this work, supported by epistemic, historical, political and social aspects. This case study aims to understand how the legal devices, documents that govern the normalizations for special education, contribute to the pedagogical treatment of the teacher. Bringing the understanding of communication and the training of teachers, more specifically, it discusses the training of teachers, who are fundamental professionals in the quality of educational and communicational action. Theorists such as Braga (2019) and Marcondes Filho (2019) bring to light the debate on communication as a system of codes, language and languages for the acquisition, interaction and socialization of knowledge and knowledge. Interviews were carried

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (PPGCLC/UNAMA). E-mail: clara.solon@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (PPGTPC/UFPA). Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental (CENSUPEG), com estágio pós-doutoral (PosDoc) na Universidade Protestante de Ciências Aplicadas de Freiburg (EH/Alemanha). Psicóloga, psicoterapeuta e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA) e da graduação em Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq "Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência". E-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

out with the management team and teachers of a public school in the city of Benevides (Pará). We found that teachers have aspirations for continuing education to better serve students and we conclude that such professionals are being met in their demands by the Department of Education, even though there is much to advance. Educators play a fundamental role in achieving special and inclusive education, as central subjects in the history of education.

**Keywords:** Communication and social interaction; Special education; Teacher training.

## 1. Introdução

A comunicação se faz presente na vida do homem desde as primeiras comunidades civilizatórias como uma ação ativa inerente à espécie humana e um fenômeno comunicacional materializada na linguagem como base de todo processo comunicativo e ainda por apresentar diversas características dinâmicas vivas, como também à criação de códigos e compartilhamentos que possibilitam a interação social dialogada entre os diferentes grupos humanos, extrapolando a palavra e censura de qualquer termo integrante (BRAGA, 2019; MARCONDES FILHO, 2019).

Dessa forma, é possível compreender o tamanho da importância que a comunicação exerce como ferramenta de ação e interação social humana no contexto escolar e, por isso, destaca-se como temática relevante para a pauta desta pesquisa, uma vez que faz-se necessário esse debate, pois pessoalmente, através de experimentações profissionais foi observado que o trato com a comunicação como ferramenta importante para interação social na escola é considerado primordial para o alinhamento do trabalho pedagógico do professor.

Academicamente, esta pesquisa tem relevância por propor contribuições inovadoras acerca do entendimento da comunicação como ação pedagógica para estudos futuros, uma vez que a comunicação entendida como uma ação ativa se encarrega de fomentar o compartilhamento de algo, conhecimento, vivência (MARCONDES FILHO, 2019). Sobre esse viés, no que tange à relevância social, destaca-se a relação da comunicação para a ação social na escola de forma humanizada.

Diante disso, e do que foi observado, mesmo que empiricamente, durante experiências profissionais no trato pedagógico com o ensino da arte no âmbito escolar na rede de ensino municipal do município de Benevides (Pará), várias limitações foram constatadas no que diz respeito à educação especial, onde percebeu-se que os atendimentos aos alunos com necessidades educacionais especializadas eram feitos de forma assistencialista, através de uma proposta de educação excludente.

Além desses fatores, também vale ressaltar as limitações inerentes à formação inicial, capacitação específica para o trato com estes alunos e formação continuada bastante limitadas destes professores, que, apesar de, atualmente, com os avanços dos dispositivos legais que amparam o atendimento educacional especializado e que propõe, por exemplo, no município de Benevides (Pará), a presença do Auxiliar Técnico de Educação (ATE), que ainda apresentam inúmeras dificuldades no trato pedagógico da dinâmica escolar quando se trata de alunos que necessitam dessa dinâmica em seu processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, na tentativa de compreender mais sobre isso, lança-se a seguinte questão-problema: de que forma os dispositivos legais para educação especial contribuíram para a organização do trabalho pedagógico do professor?

O objetivo geral deste artigo é compreender de que forma os dispositivos legais, documentos que regem as normatizações, para a educação especial contribuíram para o trato pedagógico do professor; e como objetivo específico: Identificar como a comunicação é tratada enquanto ferramenta para ação e interação social no contexto da educação especial no âmbito escolar.

Esta pesquisa de campo se configurou como um estudo de caso com abordagem do tipo qualitativo-descritiva exploratória e permitiu a compreensão da complexidade e dos detalhes das informações obtidas acerca da temática proposta, onde pôde-se traçar um diálogo crítico entre os pensamentos e opiniões dos autores de base teórica e as entrevistas abertas aplicadas como instrumento da pesquisa com a equipe gestora e professores de uma escola da rede de ensino pública do município de Benevides (Pará). Pode-se, então, evidenciar de forma mais aprofundada o conhecimento específico dos dispositivos legais relacionadas à educação especial e inclusiva que pautaram os dados levantados nesta pesquisa.

## **2. A comunicação como ação humana e sua relação no âmbito escolar**

Braga (2019) aponta que a partir de meados do século XIX, o desenvolvimento crescente das ciências humanas e sociais produziu um encontro entre suas perspectivas como também o senso comum – seja pelo ângulo das próprias características do fenômeno, como objeto; seja pelo tensionamento epistemológico dos diferentes processos de conhecimento e ação, para a elaboração das ciências.

Seguindo este raciocínio, a comunicação como ação e um fenômeno comunicacional se firma na linguagem que é à base de todo processo, a linguagem verbal se refere a um processo básico para a comunicação humana (BRAGA, 2015). Nesse sentido, a comunicação é qualificada socialmente ao longo do tempo como uma ação inerente à espécie humana por ser dinâmica e viva, de acordo com Marcondes Filho (2019):

A primeira é a de que comunicação não é uma ação passiva no sentido de um compartilhar, um repassar, um transferir alguma coisa, mas um tipo de vivência, uma experiência, um acontecimento, uma imersão. Ou seja, a comunicação ou o acontecimento comunicacional – talvez o termo mais apropriado – é um fenômeno, ela tem a capacidade de nos desarranjar, de nos desestabilizar, de provocar e, através disso, nos levar a pensar, nos incomodar. Produz algo naquele que a vivência e tem a potência de alterá-lo. A primeira tese, portanto, sugere que comunicação seria essa coisa que faz com que a pessoa não saia da mesma forma como entrou, que nela ocorra algum fato que tenha a possibilidade de alterá-la, ela promove uma transformação; esta é a primeira tese que eu defendo aqui no conceito de comunicação (MARCONDES FILHO, 2019, p. 19).

O homem, no decorrer das gerações, desenvolveu e ampliou suas capacidades comunicativas por meio da linguagem da interação com outro, conseguindo sistematizar códigos e posteriormente línguas para cada grupo social. Sobre isso, Braga (2015) ressalta que a espécie humana conseguiu gerar uma linguagem para sua comunicação através de um processo de códigos que deram origem às diversas línguas já produzidas pela humanidade e, com isso, conseguem também elaborar interações comunicacionais.

Braga (2010), destaca que a linguagem verbal se caracteriza historicamente como pilar da comunicação, mas vale destacar que a comunicação transcende a barreira da linguagem, como? Sim, a rotina social humana nem sempre nos dispõe a base que necessitamos para estabelecer uma comunicação de forma verbal, porém, o homem dentro da sua proatividade busca e aplica outras linguagens, invenções sociais em situações comunicativas que lhes são impostas para estabelecer uma interatividade. Com isso, pode-se inferir que os processos comunicativos são idealizados pelo homem para o desenvolvimento da linguagem verbal e das demais linguagens.

Braga (2015) afirma que é a partir da linguagem que se constrói o processo de comunicação. Ainda segundo ele:

Assim como observamos com a linguagem, diversos outros processos e instâncias do social são frequentemente propostos como “primeiros” com relação à comunicação – como antecedentes em função dos quais ela se produziria; ou como variáveis principais perante os quais a comunicação, qualquer que seja sua origem, aparece como variável interveniente: os signos, o fato social, a cultura, o poder, a opinião pública, a informação, os processos econômicos ou jurídicos, o desejo, a atualidade, as mídias (tecnologias, indústria cultural e/ou redes sociais) (BRAGA, 2015, p. 2).

Ao partir desse pressuposto, pontua-se que o fenômeno comunicacional se estruturou socialmente ao usar um sentido altamente exploratório que é a observação das ciências, possibilitando assim muitas descobertas a partir de processos observatórios.

### **3. A comunicação e a interação social humana**

A comunicação é algo intrínseco à evolução do ser humano e o acompanha desde seus primeiros dias de vida em sociedade, sendo processada a todo o momento, independente da linguagem ou do espaço que está inserida. Braga (2015, p. 4) frisa que “sem comunicação não há sociedade [...] não podemos tomar nenhum processo social como ponto de partida. Se, no espaço da reflexão não podemos reconhecer a antecedência dos processos sociais que são o objeto principal das práticas sociais”.

Braga (2015) ainda considera a comunicação social como um conjunto de processos de ação humana, de criação e transformação interacional, a imitação (competência biológica) é apenas o ponto de partida, de entrada para que se efetive a relação de tal fenômeno nas relações humanas. Nesse sentido, a comunicação humana se torna criteriosa por estabelecer parâmetros coletivos e subsídios para que exista a sua socialização em todos os níveis. O autor diz ainda que, na comunicação humana, deve-se compartilhar elementos sociais de comunicação como uma espécie de ponte relacional já dada num nível pré-social, ou seja, biológico.

Ainda dialogando com Braga (2015), a comunicação na interação social humana para ser efetiva estabelece códigos compartilhados que são complementados pelos processos inferenciais que levam em consideração uma compreensão mais aprofundada, e os códigos sociais são construídos pela espécie humana de modo que devemos encontrar como base dessa processualidade produtiva algum modo de compartilhamento entre os seres humanos.

Marcondes Filho (2017) afirma que na construção de um diálogo simples, frases são pronunciadas, respostas são formuladas e, dessa forma, a interação humana é pautada, centrando-se na ideia de certeza dos fatos mesmo que de forma contraditória para corrigir, reforçar ou atualizar essas colocações anteriores.

Com isso, entende-se que é a partir daí que se denota que o diálogo humano é um ato de comunicação que transcende a palavra oral e exige uma responsabilidade mútua com a outra parte envolvida, ou seja, há submissão antes de algum diálogo levantado pelo fato relacional com o outro.

#### **4. Percurso histórico da educação na formação docente**

Aranha (2006) relata que na Idade média a educação era mediada pelas instituições religiosas, sendo os monges os únicos que dominavam a leitura e a escrita e, portanto, detinham o poder. Sendo assim, ocorreu um domínio da religião sobre a ciência por longo período até chegar na transição da Idade média para o Renascimento, quando surgiu a Reforma protestante, enfraquecendo o poder da Igreja católica sobre a política, economia e educação. Com isso, na tentativa de recuperar seu domínio, a Igreja reagiu com o movimento da Contrarreforma, combatendo os 'hereges', onde investiu em seminários para formação de padres e incentivou a criação de ordens religiosas, como os Jesuítas (ARANHA, 2006, p. 125-127).

Sendo assim, pode-se afirmar que a educação era baseada no ensino da moral, no controle do corpo, pois os alunos deveriam permanecer sentados e incomunicáveis com os colegas, com posturas corretas, assim como a elocução e os gestos sempre disciplinados, ensinamentos que se sobrepunham à instrução como ler, escrever e contar.

Corroborando com Aranha (2006), Tardif (2013) trata da formação dos professores buscando fundamento científico e mesmo que a concepção de profissão de fé ainda seja forte, a instituição escolar se fortalece e professores ganham contratos trabalhistas e salários. A formação dos professores passa do exercício da fé à imitação da prática de docentes experientes, baseado na repetição, memorização e no respeito às regras escolares.

Dando um salto histórico, observa-se a Lei de Diretrizes e bases da Educação de 1961, nº 4.024<sup>3</sup> que versa sobre a formação dos professores e, em suma, e de acordo com Carvalho (2004), ressalta que a expansão dos cursos superiores destinados à formação dos professores para educação básica foi ineficiente, não trouxe autonomia desejada para os municípios, assim como poucas oportunidades educacionais na escola pública que permaneceu elitizada.

Então, em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores foram promulgadas e, posteriormente, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares para os cursos de licenciatura, onde prevaleceu a compartimentalização da formação em disciplinas específicas com pequeno espaço para a formação pedagógica em educação especial e inclusiva.

## 5. Educação especial e a formação de professores

Ao longo de todo o curso histórico dos primeiros agrupamentos humanos e sociedades, pessoas com deficiência quando não eram mortas ao nascer, viviam à margem dos direitos, à beira do caminho mendigando ou eram expulsas para fora dos muros da cidade e as famílias destas pessoas também eram estigmatizadas por terem membros familiares com tais características “incomuns” (MANTOAN, 2005).

Segundo Mantoan (2005), o primeiro documento importante data do ano de 1948, a Declaração dos Direitos Humanos que ressalta: “Todo ser humano tem direito a Educação”. De acordo com Sasaki (1999), somente a partir de 1960 teve início no Brasil o movimento de inserção das pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais. Neste período, pela primeira vez, aparece na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), Lei nº 4024, de 1961, a educação dos excepcionais com determinação de enquadrar-se no sistema geral de educação. Porém, somente nos anos 1970, uma emenda à Constituição Brasileira trata do direito da pessoa deficiente pela primeira vez na qual assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica em relação à educação especial gratuita. A Lei nº 5692/1972, altera a LDB de 1961, mas não

---

<sup>3</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou LDB é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado. Esta legislação foi criada com base nos princípios presentes na Constituição Federal, que reafirma o direito à educação desde a educação básica até o ensino superior – Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

garante um atendimento educacional inclusivo e reforça o encaminhamento dos alunos às classes especiais.

Em 1973, mesmo que de forma assistencialista, o Ministério da Educação (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), fortalecendo a concepção de segregação, pois permanecia a diretriz de uma política especial para pessoas especiais, sem considerar a inclusão como um direito humano.

De acordo com Batistti (2007), os maiores avanços aconteceram a partir da década de 1980, onde são assinados diversos tratados mundiais para defender a inclusão. Uma das maiores conquistas foi aferida pela Constituição de 1988 que garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino. A Lei Federal nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que se refere à educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial nos estabelecimentos públicos de ensino, com multa e reclusão para os dirigentes que recusarem a matricular a pessoa com deficiência.

Carvalho (2004) destaca outros fatos históricos nos anos 1990, entre estes, a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada na Tailândia, que oferece a todos o acesso, a promoção da igualdade, a ampliação dos meios, dos conteúdos e do ambiente da Educação Básica.

A Declaração de Salamanca, de 1994, teve como objetivo informar sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial. E a Lei nº 8069/1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enfatizando no artigo 55 a obrigatoriedade dos pais e responsáveis matriculem seus filhos na rede regular de ensino. No mesmo ano é publicada a Política Nacional de Educação Especial que trata do acesso às classes comuns apenas para os deficientes que tiverem condições de acompanhar os alunos ditos 'normais', não provocando nenhuma mudança nas práticas educacionais, considerando a aprendizagem como um processo homogêneo.

Segundo Brasil (2008), as diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica dividiram-se em dois temas: a organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação do professor em busca de consolidar a educação especial. Nessa perspectiva, para a educação inclusiva, a Resolução CNE/CEB nº 2 em seu artigo 2, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, sp.).

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, tenta suprir as vulnerabilidades ainda existentes na educação especial em relação à formação dos professores da educação básica, determinando a inserção curricular de conhecimentos específicos voltados para os alunos com necessidades educacionais especiais nos programas das instituições superiores. Seguindo a linha dos avanços, neste período é sancionada a Lei nº 10.436/2002<sup>4</sup> que reconhece a Língua brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, também a Portaria nº 2678/2002 aprova as normas para o uso e ensino do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Ao desejar tornar o sistema de ensino inclusivo, em 2003, o Ministério da Educação (BRASIL, 2008), através do Programa de Educação Inclusiva, investe na formação de gestores e professores visando à garantia do acesso e permanência de todos na escola, organizando o atendimento educacional especializado e o direito à acessibilidade. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), uma série de avanços alinha-se a partir de 2005, iniciando com a implantação os Centros de Referência para Atendimento Educacional Especializado dos Alunos com Altas Habilidades/Superdotação nos Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006.

Mantoan (2005) analisa ainda, na contramão de um verdadeiro processo de inclusão, a Constituição Brasileira de 1988, em seu Artigo 205, que prevê Atendimento Educacional Especializado, um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos ao considerar suas necessidades específicas (BRASIL, 2008). Para a autora, o referido atendimento acaba reforçando a criação de um sistema à parte e abrindo precedentes para que aconteça em outras instâncias quando diz que esse atendimento deve ser realizado preferencialmente na escola.

---

4 Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 – Regulamento dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)

Assim, o Parecer CNE/CEB nº 17/2001 ressalta as características da formação do profissional.

Diante dos muitos avanços legais, a maioria dos educadores preserva o discurso do despreparo para atuar em classes inclusivas. Embora tenham ocorrido mudanças nos currículos dos cursos de graduação, ainda persiste a resistência pessoal, reforçada pelas condições de trabalho e desvalorização do magistério (MANTOAN, 2005).

Portanto, Mantoan (2005) afirma que para mudar a escola não é trabalho fácil. É enfrentar uma tarefa que exige esforço em muitas frentes, com muitos atores. Mas é necessário que cada um se coloque na luta, que cada um faça o exercício cotidiano de avaliar posturas, aprender e buscar instrumentos para romper com as barreiras que se estabelecem, assumindo com coragem a posição de quem trava a batalha pelo direito de ter direitos.

## 6. Metodologia

Pautando-se no que Frigotto (2008) trata sobre dialética enquanto método de investigação que aborda um tema de relevância teórico, ideológico e político da realidade de uma sociedade, se escolheu este método para pautar esta pesquisa. Definindo o materialismo histórico e dialético como uma ruptura entre ciência da história da sociedade e as análises metafísicas de diferentes níveis de compreensão real, e que este se constitui a partir do tripé: Postura (concepção de mundo e de realidade social), Método de investigação (ruptura com o modo de pensar predominante) e Práxis (crítica e conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade), pode-se caracterizar um método como materialismo histórico e dialético (FRIGOTTO, 2008, p. 72-81).

A pesquisa, a princípio, teve o aporte teórico garantido por um levantamento bibliográfico no qual o tipo da pesquisa foi qualitativo-descritiva exploratório, pois foram entendidas como investigações de pesquisa empírica com objetivo de formular questões ou um problema “com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 187).

Para tanto, utilizou-se um estudo de caso, onde:

São estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 187).

Esta abordagem permitiu a compreensão da complexidade e dos detalhes das informações obtidas acerca da temática proposta, onde pôde-se traçar um diálogo crítico com os pensamentos e opiniões dos autores de base teórica, explicando de forma mais aprofundada o conhecimento específico dos dispositivos legais relacionados à educação especial que formaram os dados levantados nesta pesquisa, onde foram aprofundados conhecimentos sobre a comunicação como ação e interação social humana e o contexto da formação de professores para a educação especial no Brasil. Para subsidiar este estudo, partiu-se da pesquisa de textos analíticos e críticos que foram suportes indispensáveis à construção do trabalho por se tratar da análise de fatos históricos, sociais e das políticas públicas sancionadas em diversos períodos.

No diálogo com os autores de base teórica foram apresentadas as obras de Braga (2015, 2017), Marcondes Filho (2018), Gatti (2010), Tardif (2013) e Mantoan (2005), que foram utilizadas como principais referências para aporte teórico desta pesquisa. Estas fontes permitiram comparar pontos de vista diferentes, questionar, concordar, repensar e aprender.

Para delimitação da pesquisa foi feito um recorte para o estabelecimento de limites necessários à organização da pesquisa, onde escolheu-se 1 (uma) escola da rede de ensino pública do município de Benevides (Pará) como lócus, localizada no bairro Santos Dumont. Esta escola tem 26 (vinte e seis) anos de existência e atende aos alunos da comunidade de Santa Luzia considerada como comunidade carente do citado município, onde os pais destes estudantes compõem programas sociais assistencialistas.

A escola funciona em 2 (dois) turnos – manhã e tarde – e tem um total de 769 (setecentos e sessenta e nove) alunos registrados no sistema em sua comunidade escolar. Tem em seu quadro funcional 1 (uma) diretora escolar e 2 (duas) coordenadoras na equipe de gestão escolar e 23 (vinte e três) professores distribuídos

nos diferentes componentes curriculares escolares e mais 13 (treze) Auxiliares técnicos de Educação, que são chamados de “ATE”, totalizando 39 (trinta e nove) sujeitos desta pesquisa, dentre os quais apenas 5 (cinco) são do sexo masculino e 34 (trinta e quatro) são do sexo feminino.

Para a coleta de dados foi aplicada uma entrevista semiestruturada com questões previamente estabelecidas como instrumento utilizado para o levantamento e coleta dos dados, durante o período de 1 (uma) semana no mês de maio de 2021 que envolveu questionamentos sobre a realidade escolar relacionada ao trato com os dispositivos legais e a formação dos professores atuantes nessa escola e a forma como se dá a comunicação das informações inerentes a este conteúdo através de formações, capacitações, cursos complementares, dentre outros.

Após o levantamento, os dados coletados foram analisados, interpretando-os de acordo com o aporte teórico prévio, identificando nas respostas dos sujeitos envolvidos na pesquisa possíveis limites e contradições apontados nos relatos dos entrevistados acerca da temática da pesquisa.

## 7. Resultados e discussão

A comunicação é parte integrante da formação humana e seu processo evolutivo, sendo processada a todo instante independente da linguagem ou espaço. Diante disso, Braga (2015) enfatiza que “sem comunicação não há sociedade”, pois a espécie animal racional para sua sobrevivência ultrapassa as barreiras das práticas sociais e, por si só é capaz de construir seus próprios códigos não resultantes da sua maturação biológica para estabelecer a comunicação, tendo em vista que a comunicação do sujeito interacional é produto do processo da ação humana cotidiana.

A partir disso, e em contato com os dados coletados nesta pesquisa, pode-se inferir que a comunicação vem sendo almejada na realidade escolar pelos educadores. Sendo que:

O processo de comunicação sempre foi compreendido como uma das bases estruturadoras da sociedade, desde o campo da esfera privada, nas microrrelações, até a esfera pública, no convívio social, cultural, político e econômico. Está intimamente relacionado com a luta pela sobrevivência da humanidade, através da busca de conhecimentos para expandir-se e dominar o mundo (GOMES, 2007 *apud* OLIVEIRA; CELINO e COSTA, 2015, P. 308).

Assim, tais professores se comunicam num nível informal, expondo sua insatisfação com relação à sua formação inicial e só após se estabelecem formalmente através de formações continuadas, capacitações, cursos complementares etc., servindo de suporte para a intervenção pedagógica dos professores da rede pública de ensino, de acordo com a entrevista realizada com a equipe gestora e professores da escola, que será chamada de “Escola X” do município de Benevides (Pará) ao ser citada.

A análise inicial se dá a partir da realidade da comunidade escolar relacionada ao tema em questão que envolve alunos que necessitam de atendimento educacional especializado. A Escola X do município de Benevides (Pará) atende 37 (trinta e sete) alunos que apresentam necessidade de atendimento especializado para alunos com Baixa Visão; Síndrome de Down; Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Limitações Físicas; Transtorno do Espectro Autista e Deficiências Múltiplas.

Nesse contexto, encontra-se o “ATE” – Auxiliar Técnico Educacional –, responsável por esse atendimento especializado na dinâmica das aulas regulares, que, segundo a equipe de gestão da escola X, a Secretaria Municipal de Educação de Benevides (Pará) promove o mapeamento da quantidade de alunos que necessitam do acompanhamento do ATE de acordo com laudo médico apresentado no ato da matrícula para organizar esse atendimento conforme essa demanda para que 1 (um) ATE possa atender individualmente, para manter sua intervenção pedagógica de acompanhamento especializado durante o desenvolvimento das aulas regulares dos componentes curriculares. Em caso de necessidade, o ATE, ao observar a especificidade daquele aluno atendido no momento, tem total autonomia para retirá-lo da dinâmica da aula vigente ao direcionar de forma mais eficaz seu acompanhamento.

De acordo com a entrevista realizada com a coordenação escolar se destaca que todos os ATE’s da escola “X” tem formação inicial em pedagogia ou outras licenciaturas, de um modo geral; porém, nem todos possuem capacitação voltada para a Educação Especial, necessariamente como critério para embasar seu atendimento especializado a esse público. Cabe ressaltar a crítica a esta intervenção haja vista que é evidente a necessidade do trato pedagógico voltado para este atendimento mais específico, que dê conta de uma intervenção pedagógica comprometida com este

público em questão e todas as suas especificidades inerentes às patologias atendidas. O que se concretiza através de uma capacitação ou formação específica na área.

Diante desta análise, aponta-se como uma contradição e grande limitação no que diz respeito a esse atendimento realizado na escola “X”. Destaca ainda que em sua função social como educadores devem buscar habilidades para promover a reflexão sobre suas práticas de ensino em sala de aula, visando contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas.

Pois como afirma Tavares; Santos e Freitas (2016, p. 533) a necessidade de “formação pelos docentes, a angústia pela percepção de formação insuficiente, a busca por uma formação continuada ou por especializações (cursos diversificados), a pós-graduação, a experiência prévia e a diferença entre a teoria e a prática” são os principais fatores de preocupação destes educadores.

Outro ponto importante refere-se à estrutura da instituição, assim os entrevistados destacaram que a escola passou por uma reforma recentemente que reestruturou suas dependências e promoveu mais acessibilidade com relação à mobilidade, como pode-se observar neste trecho de um relato de uma professora entrevistada: “A escola, antes, não tinha acessibilidade, por exemplo, mas agora, após passar por uma reforma, conseguiu se adequar às necessidades para melhor recepcionar os alunos e facilitou o deslocamento deles pela escola” (Professora 1).

Em contrapartida, os recursos pedagógicos necessários para tal intervenção dos ATE’s com estes alunos também são apontados como insuficientes quando o relato de um dos professores, por exemplo, afirma que leva seu material pessoal para utilizar com os estudantes e dar conta do que organizou para sua intervenção e que a realidade escolar não consegue atender minimamente tais alunos.

Ao contrastar as informações fornecidas entre gestão escolar, professores em geral e ATE’s com relação às formas como a educação especial vem se pautando na escola X, pôde-se concluir através dos relatos que a Secretaria de Educação do Município de Benevides (Pará) vem desenvolvendo capacitações e formações continuadas com este enfoque, regularmente de forma mensal para alinhar as demandas referentes à educação especial, não havendo divergências nesta informação.

Logo, pode-se inferir que através destas capacitações e formações de professores que vêm se desenvolvendo, a comunicação acerca dos dispositivos legais

que embasam a educação especial no ensino regular se dá de forma eficiente, gradual e contínua ao levar o que é lançado de mais atual para o contexto escolar, onde os professores destacam unanimemente a importância desses momentos pedagógicos para suporte de suas intervenções pessoais.

Com isso, inegavelmente, pode-se afirmar que houve grandes avanços a partir das contribuições baseadas na consolidação e efetivação dos dispositivos legais que tratam especificamente da educação especial no processo de ensino-aprendizagem no âmbito escolar. Portanto, a pesquisa encontrou e revelou os fatos narrados acima dentro do processo de investigação científica desenvolvido neste artigo ao responder à questão problema lançada inicialmente atendendo aos objetivos propostos neste trabalho.

## **8. Considerações finais**

Ao investigar a comunicação como ação e interação social humana no contexto da formação de professores para a educação especial baseada nos dispositivos legais e suas contribuições para o trato pedagógico do professor, pode-se vislumbrar as possibilidades da comunicação se apresentar enquanto fenômeno socialmente produzido pela ação humana, tendo a linguagem verbal como o grande eixo para a interação social humana.

Acrescenta-se, nesse contexto, que a comunicação para ser efetiva estabelece códigos compartilhados que são complementados pelos processos inferências que leva em consideração uma compreensão mais aprofundada dela, e os códigos sociais são já construídos. Isso ocorre para construção do diálogo humano sendo um ato de comunicação que transcende a palavra oral mais exige uma responsabilidade mútua com a outra parte envolvida, ou seja, há submissão antes de algum diálogo levantado, pelo fato relacional e interacional com o outro.

Ao partir desse pressuposto, esse raciocínio torna-se indispensável em todos os níveis que predominam as relações sociais humanas, inclusive na educação e a formação de professores para educação especial e, portanto, no que diz respeito aos seus dispositivos legais e tudo que preconizam para ampliar o aporte teórico dos envolvidos no processo educacional de alunos que necessitam de atendimento especializado.

No percurso do estudo da formação do professor para educação especial e o movimento de inclusão, a partir de movimentos e eventos internacionais como a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada em 10 de dezembro 1948, e da Declaração de Salamanca (1994), pode-se afirmar que culminaram com a consolidação dos dispositivos legais que garantiram revoluções educacionais em diversos aspectos no sistema brasileiro de educação, dentre eles o ingresso da pessoa com deficiência na escola.

No que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado, Mantoan (2005) chama de um sistema à parte, sendo enfatizado que todo tipo de recurso e atendimento se dê em sala de aula, o que na realidade da maioria das escolas brasileiras torna-se um grande desafio, visto que especialmente as escolas públicas estão com suas estruturas deficitárias e sucateadas, com superlotação de alunos nas turmas regulares de ensino e problemas que se refletem a partir do trato do professor devido seu processo de formação e capacitação ter se dado de forma bastante limitada com relação à educação especial e inclusiva.

As especializações fragmentam a formação dos professores quando estes conhecimentos deveriam fazer parte da formação dos educadores em todos os níveis e esferas, acrescido do desenvolvimento de um posicionamento crítico, conhecimento sobre as políticas públicas educacionais e legislação para a educação especial, são exemplos dessa limitação. Porém, faz-se necessário compreender que esse movimento não é estaque e está em constante evolução bem como quando os dispositivos legais foram surgindo e, sendo assim, espera-se que os avanços continuem ocorrendo para melhorar o atendimento desse aluno no contexto escolar, uma vez que com uma base comum formativa que provoque mudanças nas matrizes educacionais, a produção do conhecimento com valorização à pesquisa, qualificação dos educadores, orientação às práticas pedagógicas dos educadores flui em consonância com o que estes dispositivos legais preconizam.

Por fim, pode-se afirmar que as expectativas levantadas acerca do tema foram alcançadas e acrescentaram qualitativamente à conclusão da pesquisa. Como se fosse uma arqueologia da história da educação que não se encerra neste texto, mas, ao escavar suas entranhas, há infindáveis artefatos que permitem escrever muitas outras pesquisas sem que sua riqueza se esgote.

## Referências

- ARANHA, Maria de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BATISTTI, Cleusa M. **Inclusão: História e Legislação**. 2007. Disponível em: <http://ceedo.com.br/agora/agora4/inclusaohistoriaelegislacao> CleusaMolinariBattisti. Acesso em: 7 dez. 2022.
- BRAGA, José Luiz. “Comunicação é aquilo que transforma linguagens”. **Alceu**, v. 10, série 20, p. 41- 54, 2010.
- BRAGA, José Luiz. **A Comunicação e o senso comum**. Dossiê, São Paulo, v. 3, n. 5, jan./jul. 2019.
- BRAGA, José Luiz. O grau zero da Comunicação. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-Compós**, Brasília, v. 18, série 2, maio/ago./ 2015.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 17/2001**. Brasília, 2001.
- CARVALHO, Joscileide Benícia dos Santos. **A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso da escola classe nº 64 de Ceilândia sul-brasília/df**. Brasília, 2015.
- CARVALHO, Rosita. **Educação Inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- FRIGOTTO, Venâncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **A Integração de Pessoas com Deficiência. Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2005.
- MARCONDES FILHO, Ciro. A questão da Comunicação. **Dossiê**, São Paulo, v. 3, n. 5, jan./jul. 2019.
- OLIVEIRA, Y.; CELINO, S.; COSTA, G. **Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos**. *Physis* [Internet]. 2015Jan;25(Physis, 2015 25(1)).
- SASSAKI, Romeu. K. **Inclusão – Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para frente, três para trás. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.34, n. 123, p. 551- 571, abr.- jun. 2013.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Rev. Bras**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.